

Sem 14 diretores, Senado adia projetos importantes

Givaldo Barbosa 08 02 91



Benevides quer solução rápida

José Leonardo Rocha

O Senado aguarda há quase um mês a nomeação de 14 diretores. A Mesa foi obrigada a cancelar a reunião de ontem, que definiria os nomes, em função da sessão do Congresso e das negociações em torno das medidas provisórias que compõem o novo Plano Collor. Em decorrência da demora, projetos e decisões importantes estão sendo adiados e o funcionalismo da Casa aguarda para tomar conhecimento das diretrizes da nova administração. "A minha idéia era tomar todas as decisões administrativas até o dia 15 último, mas não foi possível depois da convocação extraordinária e do envio das medidas provisórias", justificou o presidente do Senado, Mauro Benevides.

O primeiro a ser nomeado terá de ser o diretor-geral. Para esse cargo, há uma grande disputa en-

tre o atual ocupante, Passos Porto, e o também ex-senador Mendes Canale. O ex-deputado Paulo Lustosa é outro que concorre ao cargo, embora com menores chances. Porto é o nome mais forte até o momento, embora Canale também tenha boas possibilidades. A decisão deve sair depois de reunião da Mesa, logo que se encerrem as votações das medidas provisórias 294 e 295.

Vagas

Mauro Benevides, que assumiu a presidência prometendo recuperar a imagem do Legislativo, pretende agilizar a ocupação das diretorias. Entre os projetos que a nova Mesa pretende implantar desde logo, está o **Porta**, que consiste na alimentação dos computadores da Casa com dados atualizados sobre os trabalhos nas comissões, plenário e gabinetes. Atualmente, essas

informações, como o texto de emendas a projetos, só entram no sistema depois da publicação. Outra decisão importante, adiada em parte devido ao atraso nas nomeações, é sobre o congelamento de vagas desocupadas no Senado.

Tanto Senado como Câmara foram atropelados pelo pacote governista, quando procuravam arrumar a Casa. Na Câmara, pelo menos, há forte perspectiva de que o atual diretor-geral, Ademar Sabino, não seja tirado do cargo. A paralisação motivada pela análise das medidas provisórias, no entender de congressistas, inclusive do governo, deverá apressar a regulamentação das medidas provisórias. O projeto de lei complementar de Nelson Jobim está na pauta de hoje da Câmara para votação e há um semelhante, do senador Márcio Lacerda, também para ser votado no Senado.